

A Arqueologia na Casa dos Espelhos

ANTÓNIO CARLOS SILVA ARQUEÓLOGO, D. R. ÉVORA DO IPPAR

Será possível ao “arqueólogo”, necessariamente condicionado por alguma forma de consciência profissional, enquanto indivíduo integrado num grupo com interesses próprios ainda que nem sempre convergentes, perspectivar a “imagem” que dele e do seu trabalho faz a sociedade a quem é suposto prestar um serviço útil? Por mais objectivo que se assuma tal exercício, o mesmo acaba inevitavelmente distorcido por preconceitos ou ideias feitas que integram o jargão disciplinar, mais ou menos formalizado em códigos e transcrito em práticas convencionadas, que enquadram e informam a interacção do grupo entre si e com essa mesma sociedade. Mas, ainda que esquecendo essa incontornável condicionante de base, outras dificuldades irão aparecer no momento de reproduzir uma imagem de “síntese” que se pretenda um reflexo da visão dos “outros”. Mesmo tendo em conta os diferentes níveis de formação e cultura dos múltiplos agentes sociais, será possível entrever uma definição de “arqueólogo” que corresponda a um arquétipo socialmente intuído, tal como acontece para o “professor”, para o “médico” ou o “engenheiro”,

seja qual for o ramo, a especialidade ou o local de exercício em que aqueles profissionais inscrevam a sua actividade? Embora num primeiro momento possamos hesitar sobre o sentido da resposta, tão desfocada nos parece a imagem reflectida, acabamos por concluir pela existência de uma vaga definição de “arqueólogo”, praticamente generalizada entre todos os níveis socioculturais. Mas, em poucas outras profissões, a distância entre o respectivo reflexo social, excessivamente idealizado, e a imagem que a classe julga ou pretende transmitir a essa sociedade será tão abissal.

De facto, apesar das transformações metodológicas da Arqueologia, que a aproximam, por vezes, das ciências naturais, e da multiplicação dos respectivos campos de intervenção, a visão social do “arqueólogo”, que teima em perdurar, parece afinal continuar mais próxima do “antiquário” oitocentista, mais ou menos aventureiro, mais ou menos misantropo, do que da imagem do “cientista” ou do “técnico especialista”, em que a classe, certamente, melhor se revê. Até que ponto a realidade reflectida, mais do que a formação dos espelhos, contribui para tal imagem, é uma questão naturalmente em aberto.

A Arqueologia ao espelho ou a imagem que os arqueólogos têm de si próprios

Com raras excepções, os arqueólogos portugueses – muito voltados para o seu próprio umbigo, por vezes no sentido estrito da expressão – reflectem pouco sobre as implicações sociais das actividades profissionais que exercem.

Aliás, para muitos deles, como para Vítor Oliveira Jorge, precisamente uma dessas excepções, não é ainda possível falar verdadeiramente de classe socioprofissional. “O que existe são duzentas ou trezentas pessoas que se reclamam dessa designação, mas que não estão profissionalmente organizadas. Encontram-se muito divididas, e são muito frágeis em termos deontológicos e de resistência às “seduções” do poder. Não há uma consciência de “classe”, uma consciência de unidade que volte para o exterior uma face sem fracturas, atitude essencial para que a arqueologia se possa afirmar no seio da sociedade como uma profissão” (Jorge, V. O., 2000, *Arqueologia, Património e Cultura*, Instituto Piaget, p. 61).

Esta reconhecida falta de unidade, particularmente expressiva

perante a “sedução do poder dos media”, parafraseando ainda Vítor Jorge, poderá ser explicada por três ordens de razões.

Antes de mais, pela curta “história” da Arqueologia enquanto um saber autónomo, sedimentado por uma actividade alargada, contínua e de base profissional, o que, no caso português, se limita praticamente ao último quartel do século XX. A segunda explicação, em parte decorrente da anterior, tem que ver com a tradição profundamente individualista, ainda não completamente expurgada, dos antigos estudiosos das “antiguidades” ou mesmo dos primeiros arqueólogos, quase sempre reduzidos a um restrito grupo de iniciados ou amadores, tão ciosos e avaros das suas descobertas e prioridades como ferozmente críticos em relação aos seus pares. Apesar da recente expansão da actividade ter contribuído para romper com alguns daqueles vícios, a escassez de meios e de recursos acicata a competição, nem sempre muito saudável. A terceira razão, a que a meu ver se continuará a fazer sentir por mais tempo, resulta da disparidade de vertentes em que o “arqueólogo” hoje é chamado a intervir. Antes de mais, a “Arqueologia” é uma disciplina científica, integrada no campo das ciências sociais – que poderíamos por sua vez subdividir em múltiplas especialidades-disciplina que, pela natureza material do “objecto” com que lida, interage com muitas outras, nomeadamente as das “ciências da natureza”. Mas, tendo em conta a territorialização das materialidades que estuda, permanentemente ameaçadas e alteradas pela acelerada transformação do território, a “Arqueo-

Será possível ao “arqueólogo”, perspectivar a “imagem” que dele e do seu trabalho faz a sociedade a quem é suposto prestar um serviço útil?

logia” aparece também como uma actividade preventiva, um serviço público de salvaguarda, tendo em vista a protecção, conservação ou o registo documental do seu próprio “objecto” de estudo. Finalmente, considerando que os vestígios materiais do passado, independentemente da sua valia artística ou monumental, para além de fontes de informação científicas, se englobam hoje no domínio do conceito de “Património”, compete também à Arqueologia participar na gestão integrada dessa “herança” cultural, entendida, neste caso, como um recurso especialmente frágil e não renovável.

É óbvio que todas estas “vertentes” implicam uma estreita articulação e não se excluem de modo algum, como por vezes se pode insinuar. “A arqueologia “explodiu” nos nossos dias, numa multiplicidade de arqueologias diferentes (...)”, mas “na verdade, toda a arqueologia é investigação ou não é, verdadeiramente, arqueologia” (Jorge, V. O., *ob. cit.*, p. 16). De facto, embora condicionados na respectiva intervenção por motivações diversas, a todos os profissionais da Arqueologia se exige, actualmente o mesmo rigor e coerência metodológica na interacção com a diversidade do “objecto”, independentemente da via de aproximação ao mesmo. E é, de facto, nesta estreita faixa comum que será possível, num futuro que ainda se adivinha algo longínquo, encontrar algum equilíbrio entre as diversas aproximações profissionais. A criação de uma *Associação Profissional de Arqueólogos*, há cerca de uma década, visava responder a esse desafio, em face da inadequação para

esse efeito de outras estruturas existentes. A experiência não parece famosa, pois mais do que contribuir para a resolução de conflitos ou a busca de consensos, fundamentados em sólidos códigos de conduta, a APA, na sua inevitável fragilidade decorrente de um número de sócios ainda reduzido, acabou por servir de caixa de ressonância para uma conflitualidade crescente, entre indivíduos ou grupos e que parece ser uma das imagens de marca da classe. De um lado, os arqueólogos universitários que se arrogam o estatuto de guardiões da investigação, mas a quem escasseiam os meios para desenvolverem projectos autónomos, de “investigação pura”. Do outro lado, os já numerosos arqueólogos funcionários (da Administração Central e da Local), muitas vezes divididos entre as prioridades da gestão, as exigências políticas dos serviços e os interesses (pessoais) da investigação. E no meio, já com alguma relevância, os “arqueólogos” de contrato, assegurando através da venda de serviços as novas obrigações do Estado ou dos particulares, no domínio da “arqueologia preventiva” ou de “salvamento”. Naturalmente, num contexto de interesses cada vez mais contraditórios e de meios escassos, sobretudo numa fase de notória debilidade de órgãos reguladores emanados a partir da própria classe profissional, competirá às instituições do Estado assumir supletivamente essa actividade reguladora. A criação do IPA (Instituto Português de Arqueologia), em 1996, ele próprio produto de uma fase de grande visibilidade dos arqueólogos e da Arqueologia, no contexto da

Com raras exceções os arqueólogos portugueses - muito voltados para o seu próprio umbigo, por vezes no sentido estrito da expressão - reflectem pouco sobre as implicações sociais das actividades profissionais que exercem.

“questão do Côa”, parecia vir dar resposta a essa necessidade. Infelizmente, quer pelas peripécias que rodearam a formalização do IPA, quer pelo figurino institucional finalmente adoptado, algumas dessas expectativas terão sido parcialmente goradas. Independentemente do reconhecimento quase unânime de progressos significativos da Arqueologia portuguesa, resultantes da actividade do IPA, é um facto que a divisão e até sobreposição de algumas atribuições ao nível da gestão do património arqueológico com o IPPAR, também contribuíram para crescentes perplexidades e desconfianças no meio, com impactes negativos na desejável unidade da classe em torno de princípios e desígnios.

Arqueologia na sociedade, confronto ou integração de saberes?

Através da análise da interacção com outras disciplinas ou áreas do saber, profissional e institucionalmente mais estruturadas, será talvez possível aferir o peso social da “Arqueologia”. Embora, na prática, e face a definições de “património arqueológico” cada vez mais abrangentes, toda e qualquer actividade que incida sobre o território, tanto em meio urbano, como rural ou aquático, possa implicar um qualquer grau de interferência patrimonial, que obrigue à cola-

boração do arqueólogo com os mais variados técnicos, poderemos isolar três áreas onde essa articulação é mais evidente e de algum modo está já minimamente regulada.

Comecemos pela *Arqueologia e a salvaguarda do Património Arquitectónico*. Estando definitivamente ultrapassado um quadro legal e de prática corrente em que a intervenção da Arqueologia estava limitada, na melhor das hipóteses, à recuperação de objectos ou elementos avulsos eventualmente descobertos durante a fase de obra – situação típica das intervenções da Direcção - Geral dos Monumentos Nacionais até há alguns anos atrás –, começa hoje a ser normal, entre os arquitectos ou outros responsáveis por projectos de recuperação ou valorização patrimonial, o reconhecimento do interesse na cooperação com os arqueólogos, logo a partir da fase de planeamento das intervenções. Tal “conquista” resultou de factores diversos, como o desenvolvimento da disciplina arqueológica e a subsequente consciencialização da sua importância para a contextualização histórica das estruturas arquitectónicas, a evolução dos conceitos de património cultural, em particular após a publicação da Carta de Veneza (1964), e, finalmente, a criação, nos anos 80, de estruturas de vocação multidisciplinar na área da salvaguarda do património

cultural (IPPC/IPPAR). Apesar dos inegáveis progressos, muito haverá ainda a fazer neste domínio, por vezes mais apoiado em circunstancialismos favoráveis do que em metodologias ou princípios de actuação bem consolidados. Alguns sinais de frustração ou de impaciência por parte de outros profissionais do património, face às indecisões, contradições ou até conflitos ou impasses decorrentes da actuação dos arqueólogos nalguns casos concretos, mostram que se pode desbaratar facilmente um certo capital de prestígio que, sendo recente, é também ainda pouco seguro.

A *legislação de planeamento* aprovada no início dos anos 90, em particular a que dizia respeito ao território municipal, introduziu, nos princípios e objectivos gerais de disciplina urbanística e ordenamento do território, a necessidade de ter em conta a condicionante da salvaguarda e valorização do património cultural. Embora, na prática, as consequências desse reconhecimento tenham tido as mais diversas interpretações (das mais tímidas, resumindo-se aos bens imóveis “classificados”, às mais abrangentes integrando o inventário dos bens arqueológicos conhecidos), a exigência da execução ou revisão dos PDMs teve algum impacto no reconhecimento do papel do arqueólogo no planeamento territorial. Esse facto terá também pesado numa maior clarificação de conceitos na revisão recente da legislação (Lei 48/98 e Decreto-Lei 380/99). No entanto, a impreparação teórica e técnica dos arqueólogos, para lidarem com a realidade extremamente complexa e multifacetada que é o território, não surtiu os efeitos

desejados ao nível de uma política preventiva de salvaguarda, tendo sido muito reduzido o contributo da “Arqueologia” enquanto disciplina autónoma, para o planeamento municipal. A ideia de que é imprescindível a colaboração dos arqueólogos, que é já hoje um facto para as obras de recuperação patrimonial ou para os “estudos de impacto ambiental”, parece não ter vingado ainda no domínio do “planeamento”, pese embora alguma pressão nesse sentido levada a cabo pelo IPA, nos últimos anos. Mas neste caso, a principal responsabilidade deve ser assacada aos próprios arqueólogos. Até pelas origens e fundamentos da própria disciplina, estes continuam a ter dificuldades em desenvolver um corpo metodológico que facilite a recolha, integração e utilização prática da informação de cariz diacrónico, nas estratégias de planeamento e ordenamento do território e em função do desenvolvimento sustentável que a sociedade exige, pese embora o conservacionismo fundamentalista ou ingénuo também presente nalguns sectores da classe. Muito ao contrário, a imagem que neste domínio por vezes é transmitida pela Arqueologia, para além de alguma erudição desadequada, é a de grande imprecisão de conceitos e de linguagem, a revelar, por vezes, um certo amadorismo diletantista.

Já no que respeita à participação da *Arqueologia na “avaliação dos impactes ambientais”*, a situação parece ter evoluído sensivelmente, após o balanço, muito negativo, efectuado pela Revista *Almadan*, em 1995. Esmiuçados cerca de duas centenas de EIAs, chegava-se à conclusão de que a

A imagem que acaba por prevalecer, apesar do rápido assentar da “poeira”, é a de uma classe social ávida de protagonismo, conflituosa e, até, em casos extremos, pouco séria ou credível.

maioria dos estudos até então realizados não tinha sequer considerado esta variável de análise; que muito poucos haviam incluído um arqueólogo na equipa técnica; que nos poucos casos em que o património cultural era considerado, as conclusões raramente eram baseadas em trabalho de campo, e, finalmente, mesmo quando havia recomendações de acções de minimização no âmbito arqueológico, nem sempre estas eram consideradas (Raposo, J. 1995, *Avaliação de impacte ambiental e património cultural*. *Almadan*, II.ª S. n.º 4, p. 60-86, CAA, Almadã). Mais por acção persuasiva do IPA junto do Ministério do Ambiente, que controla inteiramente estes processos, do que por força da legislação, que, apesar de recentemente alterada, não tornou mais preciso como seria desejável o curto articulado sobre a avaliação dos impactes culturais, a situação parece ser hoje bem diferente, sendo aliás estes estudos, e as respectivas medidas minimizadoras, uma das principais fontes de receita das novas empresas de arqueologia, entretanto emergentes na segunda metade da década. Já no que respeita à qualidade técnica dos estudos mais recentes e, nomeadamente, quanto ao grau de eficácia preventiva ou minimizadora em relação ao património arqueológico (o objectivo concreto de um EIA), não temos qualquer indicador preciso, embora a minha impressão pessoal seja de que a situação tem evoluído positivamente. Muito há a fazer, no entanto, para uma “normalização”

de linguagem, aferição de conceitos e de metodologias de trabalho de campo, estabelecimento de critérios tão objectivos quanto possível para a definição de medidas de minimização, etc... Em todo o caso, e apesar de alguns problemas pontuais, perpassa actualmente um sentimento de maior interesse e atenção da parte dos restantes interlocutores nos processos de EIA relativamente à componente arqueológica, em comparação com o que acontecia há algum tempo atrás. O que, por outro lado, também poderá ser entendido como um reflexo de uma maior consideração pelos “arqueólogos” enquanto parceiros competentes e de pleno direito, nesta decisiva e exigente área de actividade multidisciplinar.

A imagem social da Arqueologia – o papel dos “media”

Mas será que esta imagem positiva que a Arqueologia começou a fazer passar, nos últimos tempos, junto dos seus interlocutores técnico-profissionais, terá reflexos visíveis na comunidade em geral? Ou, por outras palavras, que imagem é reflectida e chega à dita “opinião pública” através dos “media” que na prática condicionam hoje, sem apelo nem agravo, essa mesma opinião? Digamos que a resposta é complexa e sobretudo é algo circunstancial.

Antes de mais, convirá recordar, ainda que de forma simplista, que o arqueólogo, como a maio-

Julgo, porém, que a tentação para a valorização do pretensamente insólito ou do extraordinário, continuará a contribuir para uma visão excessivamente romântica e “hollywoodesca” da Arqueologia, desligada de toda e qualquer realidade local e, portanto, cultural e socialmente inútil.

ria dos produtores de “saber” ou de “informação”, cada vez menos controla o circuito que leva o seu “produto” até ao consumidor, excluindo a comunicação académica ou inter pares raramente reflectida para o exterior. Os meios de informação de massas, os “media”, têm como objectivo a venda de informação e publicidade e, num mercado aberto e ferozmente competitivo, estão sujeitos às regras básicas do “marketing”: antecipar o gosto ou a necessidade do público e a eles conformar a respectiva produção para conseguir vender; se possível, condicionar ou criar novas necessidades para aumentar ainda mais as vendas; etc... Curiosamente, no âmbito cultural, a matéria “Arqueologia” não sendo naturalmente das mais rentáveis, parece vender... desde que convenientemente “tratada”, como o têm demonstrado algumas situações mais ou menos recentes. Mas essa é a função dos profissionais ao serviço da “indústria” da comunicação cuja intervenção começa pela triagem ou selecção do que parece relevante (que raramente coincide com a perspectiva do arqueólogo), passa naturalmente pela escolha das fontes mais convenientes aos objectivos em vista e, finalmente, se conclui pela apresentação e embalagem final do produto. E este necessita de dois ou três ingredientes para se adequar minimamente

aos objectivos comerciais: ser tão insólito ou misterioso quanto possível, ser superlativo (aqui com algumas variantes, “único”, “mais antigo”, “maior”, “inedito”) e, se possível, ser devidamente condimentado por alguma forma de polémica ou conflito de interesses, de preferência bem “fulanizados”. Se a televisão estiver em causa, é ainda essencial garantir algum telegenismo, quer ao nível do cenário, quer dos actores. Seria injusto e ingénuo, no entanto, ignorar o contributo dos próprios arqueólogos para o processo de sedução comunicativa que aparece quase sempre associado à informação de natureza arqueológica carregada pelos “media”. De facto e independentemente da sua maior ou menor boa fé, os arqueólogos representam quase sempre a principal fonte informativa neste tipo de divulgação. A necessidade ou até ânsia de divulgação dos próprios projectos ou sítios condiciona desde logo o discurso que se adapta facilmente à expectativa do profissional da comunicação, quase sempre pouco versado na matéria em causa e com pouco tempo ou paciência para a pesquisa independente. O produto final acaba quase sempre excessivamente empolado ou desproporcionado, explorando muitas vezes o anedótico ou o polémico, mas ignorando muitas vezes perspectivas contraditórias so-

bretudo quando estas possam pôr em causa o chavão ou o título que se pretende destacar. A imagem que acaba por prevalecer, apesar do rápido assentar da “poeira”, é a de uma classe social ávida de protagonismo, conflituosa e, até, em casos extremos, pouco séria ou credível.

Só na base de um inquérito sociológico seria, no entanto, possível entrever, com algum rigor qual a imagem que hoje a generalidade da população portuguesa faz dos arqueólogos, nomeadamente qual a expectativa que tem relativamente ao seu contributo para a cultura e a qualidade de vida da comunidade, bem como avaliar o peso que a comunicação social terá na construção dessa imagem. Julgo, porém, que a tentação para a valorização do pretensamente insólito, ou do extraordinário, continuará a contribuir para uma visão excessivamente romântica e “hollywoodesca” da Arqueologia, desligada de toda e qualquer realidade local e, portanto, cultural e socialmente inútil. Se a esta falsa imagem juntarmos a tentação comum dos “media” para a exploração dos tradicionais conflitos pessoais ou institucionais, muitas vezes estereis, em que os arqueólogos se envolvem periodicamente, poderemos estar a assistir ao cavar de um fosso perigoso entre a efectiva necessidade social da Arqueologia, hoje objectivamente reconhecida nos meios científicos e técnicos, e a percepção que a comunidade tem dessa mesma actividade, o que pode ser particularmente perigoso, numa época em que a política, nomeadamente a cultural, é também ela fortemente condicionada pelas exigências do “marketing”.